

A teoria do valor e a mágica de Smith: uma interpretação anti-Ricardiana

Reinaldo A. Carcanholo

Professor do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da UFES.

Introdução

A teoria do valor de Smith é vista por muitos como confusa, incoerente, insatisfatória, etc. Mas isso não passa de simples aparência e é o que procuraremos mostrar nas próximas linhas.

Com a obrigatoriedade do estudo de Smith, imposto pelo novo currículo de ensino de Economia na graduação brasileira, uma coisa indiscutível é que os estudantes encontram grande dificuldade para entender a teoria do valor desse autor. Aqueles professores que são obrigados a assumir a tarefa de transmitir essa temática, muitas vezes de maneira improvisada, também se enfrentam com dificuldades. Na nossa opinião, a maior dificuldade para que se entenda essa teoria, nos dias de hoje, está no fato de que o que circula entre nós é, na verdade, sua interpretação ricardiana, que a deforma e mutila.

Ricardo estrutura sua obra fundamental² sobre a base de uma crítica à Riqueza das Nações de Smith que é, naquele momento, ponto de referência para qualquer abordagem científica sobre economia³. A primeira seção do primeiro capítulo dos "Princípios" contém uma discussão sobre alguns aspectos da teoria smithiana do valor.

Ali, duas críticas fundamentais aparecem. A primeira no sentido de que existiria em Smith uma confusão entre trabalho contido e comandado, como se, para ele, ambos tivessem o mesmo resultado como determinantes dos valores relativos. A segunda, sobre a medida do valor, atribuindo a Smith duas medidas, o trabalho e o trigo, ambas inaceitáveis por terem valores variáveis, na opinião de Ricardo.

O interessante a ser destacado aqui não é só que a crítica ricardiana é equivocada, fato aliás reconhecido por muitos nos dias de hoje. O que surpreende, na verdade, é que, sendo essa crítica ricardiana superficial e até ingênua, tenha influenciado tantos autores posteriores, inclusive Marx. Impressiona

que, até hoje, ela tenha importância e influência.

É, na nossa opinião, justamente essa influência que dificulta, nos dias de hoje, a adequada compreensão da teoria smithiana do valor. Soma-se a isso o fato de que a bibliografia que utilizamos sobre Smith, além de ser de origem ricardiana, não é a mais adequada. O livro de Napoleoni⁴, de ampla utilização entre nós para o estudo e o ensino de Smith, pelo menos no que se refere a este autor, é muito deficiente, confuso e equivocado⁵. Na verdade, alguma bibliografia de inspiração ricardiana, muito melhor, pode ser encontrada⁶.

A interpretação neoclássica da teoria smithiana do valor, embora não cometa os mesmos erros da crítica de Ricardo⁷, também a deforma e, talvez, seja mais prejudicial ainda⁸.

A determinação dos preços

Normalmente considera-se que a questão central a ser resolvida por uma teoria do valor é a explicação dos preços de mercado das mercadorias ou, o que termina sendo a mesma coisa, as proporções pelas quais elas se trocam no mercado. Isso na verdade não é certo. O próprio nome do mais famoso livro de Smith mostra que sua principal preocupação não eram os preços de mercado mas a natureza da riqueza na época capitalista: "Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações". No entanto, por questões didáticas, façamos um concessão: comecemos pela pergunta relativa aos preços.

Como se **determinam**, para a teoria smithiana, os preços das mercadorias *ou as proporções* em que elas normalmente se trocam?

Na verdade, para esse autor, os preços das mercadorias (ou **preços de mercado**) flutuam em torno de um certo nível dependendo da relação entre a oferta e a procura. Esse nível em torno do qual oscilam os preços de mercado é o que ele chama de **preço natural** e fica determinado, na verdade, por seus custos de produção, onde estão

incluídos os salários pagos para produzir a mercadoria, o lucro e a renda.

É verdade que, além dessas remunerações, os custos incluem os gastos com os insumos necessários para a produção, mas estes também são o resultado de uma produção anterior onde se pagam salários, lucros e renda, mais os insumos correspondentes. Assim, em última instância, os custos se resumem a uma soma das três remunerações.¹⁰

É importante ressaltar, neste momento, que os preços naturais ficam determinados pelos salários, lucros e rendas pagos não a qualquer nível, mas à taxas naturais. Existiria assim, em cada sociedade e em cada momento, níveis naturais das três remunerações que seriam os que determinariam os preços naturais:

“Em cada sociedade ou nas suas proximidades, existe uma taxa comum ou média para os salários e para o lucro... Essa taxa é regulada naturalmente, conforme exporei adiante ...”

“Existe outrossim, em cada sociedade ou nas suas proximidades uma taxa ou média de renda da terra ...”

“Essas taxas comuns ou médias podem ser denominadas taxas naturais dos salários, do lucro e da renda da terra, no tempo e lugar em que comumente vigoram” (SMITH, 1776, p. 83).

“O próprio preço natural varia juntamente com a taxa natural de cada um dos componentes: salários, lucro e renda da terra; e em cada sociedade, essa taxa varia de acordo com as circunstâncias, sua riqueza ou pobreza, sua condição de economia em progresso, estacionária ou declinante” (SMITH, 1776, p. 89).

A maneira pela qual se determinam as taxas naturais de salário, lucro e renda é um assunto que Smith procurou explicar em capítulos específicos, ainda na Riqueza das Nações.

Para maior facilidade na compreensão da forma como, para Smith, determinam-se os preços naturais e as proporções de troca entre as mercadorias, vamos utilizar um exemplo numérico simples. Consideremos duas mercadorias A e B e suponhamos as seguintes condições:

- taxa média de lucro anual¹¹ = 30%

- taxa de salário por hora = \$ 0,50

Imaginemos que para produzir uma unidade da mercadoria A sejam necessárias (incluindo o

necessário para produzir os meios que contribuem para a produção de A):

- 500 horas de trabalho

- um capital anual médio desembolsado de \$ 200,00

- um pagamento pro rata de renda, pela terra necessária a produzir a mercadoria inclusive seus insumos (incluindo terreno da fábrica) e pelos recursos naturais (queda d'água, selva nativa, etc) : \$ 40,00

Em resumo:

Para produzir uma unidade de A:

500 hs. de trabalho → salário natural pago = \$ 250,00

capital = \$ 200 → lucro natural pago = \$ 60,00

uso de terrenos e

recursos naturais → renda natural paga = \$ 40,00

Total \$ 350,00

Assim, o preço natural nominal (isto é, medido em dinheiro) da mercadoria A é \$ 350,00. Isso significa que, se essa mercadoria alcançar realmente esse preço no mercado, será possível pagar aos trabalhadores, ao empresário e ao proprietário da terra, salários, lucro e renda, à suas taxas naturais.

Vejamos agora a mercadoria B. Suponhamos que para produzir uma unidade dela, seja necessário:

7hs. de trabalho → salário natural pago = \$ 3,50

capital = \$ 10,00 → lucro natural pago = \$ 3,00

uso de terrenos → renda natural paga = \$ 3,50

e recursos naturais

Total = \$ 10,00

Portanto, o preço natural nominal da mercadoria B é \$ 10,00. Assim, se os preços de mercado corresponderem num determinado momento aos preços naturais e sendo o preço natural de A igual \$ 350,00, a proporção de troca entre A e B, ou o que é a mesma coisa, o preço relativo ou o valor-de-troca será: Observe-se que se no mercado prevalecer esse preço relativo (ou valor-de-troca), estarão garantidas as remunerações calculadas à base das taxas naturais: os salários, os lucros e as rendas. Só preços relativos como esses podem garantir as remunerações correspondentes às taxas naturais.

É indispensável também entender que, nas condições expostas, os preços relativos (ou, no caso, o preço relativo) não corresponde às quanti-

dades de trabalho contido. Isso ocorre porque nem o lucro, nem a renda são proporcionais às quantidades de trabalho contido nas mercadorias.

Sobre a independência recíproca entre as remunerações

Essa forma de explicar a formação dos preços das mercadorias, através da soma das remunerações pagas, limitada somente a isso, teria uma consequência que é importante assinalar neste momento. Trata-se do que podemos chamar de independência recíproca entre os três tipos de remuneração: salários, lucros e renda. Explicuemos um pouco mais o assunto.

Dizer que o preço determina-se por soma de remunerações significa pensar que qualquer alteração numa delas tem como resultado uma modificação no mesmo sentido e na mesma magnitude naquele. Assim, o preço seria a variável dependente e as remunerações seriam variáveis independentes. Existiria uma independência total e completa entre os três tipos de remuneração. Por exemplo, uma elevação dos salários naturais não modificaria nem os lucros nem a renda; o único efeito seria sentida na magnitude do preço.

Em alguns momentos, essa parece ter sido a opinião de Adam Smith na Riqueza das Nações e isso foi criticado intensamente por Ricardo e por Marx. Por exemplo:

“Antes de terminar esta questão, convém observar que Adam Smith e todos os autores que o seguiram, sem nenhuma exceção que eu saiba, sustentaram que um aumento no preço do trabalho seria uniformemente acompanhado por um aumento nos preços de todas as mercadorias. Espero ter conseguido mostrar que tal concepção não tem fundamento ...” (RICARDO, 1821, p. 60).

Na teoria de Ricardo esse assunto é tratado claramente: há uma direta relação de dependência entre salário e lucro (ou excedente). Uma elevação dos salários implica necessariamente uma redução dos lucros (diminuição da taxa de lucro) e não uma modificação dos preços.

Na verdade, porém, a teoria smithiana do valor, se entendida corretamente e desenvolvida em todas as suas implicações, não comete o pecado de considerar independentes as remunerações, apesar do que o próprio Smith possa ter pensado em alguns momentos: ela é muito mais do que uma simples

teoria dos custos de produção. Neste instante ainda não temos os elementos necessários para tratar adequadamente do assunto, mas voltaremos a ele ainda neste trabalho, embora uma discussão mais aprofundada não caiba aqui.

O círculo vicioso

Uma outra questão deve ser abordada a propósito dessa forma de conceber a determinação dos preços.

Smith recebeu de vários autores a crítica de que sua teoria dos preços implicava num círculo vicioso. Curiosamente tal crítica não aparece em Ricardo. Aparece em Marx e em autores mais atuais. Vejamos em que consiste tal crítica, iniciando pelas palavras de Marx:

“... como determinar (em Smith, RC) o valor dos meios de subsistência necessários e, portanto, das mercadorias em geral? Em parte pelo preço natural do trabalho. E como determiná-lo? Pelo valor das coisas necessárias à vida ou das mercadorias em geral. Um lastimável beco sem saída” (MARX, 1974, Vol. II, p. 653).

E também:

“Como se determina o preço natural dos meios de subsistência, que determinam o preço natural do salário? Pelo preço natural do ‘salário’, do ‘lucro’ e da ‘renda fundiária’, e esses preços formam o preço natural desses meios de subsistência e o de todas as mercadorias e assim até o infinito. Tagarelar com a lei da oferta e da procura não serve para romper o círculo vicioso” (MARX, 1974, Vol I, p. 74).

Talvez as palavras de Blaug sejam mais esclarecedoras sobre o assunto. Esse autor, na obra referida, não diz nada muito diferente sobre Smith do que disseram autores anteriores, mas talvez sua abordagem, neste aspecto, seja mais didática:

“Uma teoria do valor baseada no custo de produção é obviamente vazia e sem significado se não incluir alguma explicação sobre a forma como os preços dos serviços produtivos são determinados. Mas Adam Smith não tinha nenhuma teoria consistente dos salários e das rendas, nem qualquer teoria do lucro ou do juro puro. Dizer que o preço normal de uma coisa é o preço que cobre exatamente os custos monetários é explicar os preços por meio de preços. Neste sentido, Adam Smith não tinha qualquer espécie de teoria do valor” (BLAUG, 1964, p. 78).

Dmitriev também trata do assunto:

“Nesse estado de desenvolvimento (antes de Smith, RC), a teoria do custo de produção merece plenamente a crítica, feita tão freqüentemente à teoria do custo de produção em geral ... que define o preço a partir de preços e que determina uma incógnita por meio de outras incógnitas ...

“É nos trabalhos de seu discípulo Ricardo onde a teoria do custo de produção foi completada. No entanto o próprio Smith fez muito para a resolução correta do problema. Desde logo encontramos em Adam Smith o enunciado preciso do problema colocado, o que é seguramente um passo muito importante para encontrar sua solução correta” (DMITRIEV, 1904, p. 5 - trad. nossa).

Afinal, essa crítica quando se refere a Smith é correta? Faltam ainda elementos para que possamos discutir o assunto com propriedade, o que pretendemos fazer mais adiante. De todas maneiras podemos afirmar desde já que temos razões suficientes para concluir que a crítica não é adequada.

O trabalho como medida do valor e o preço real

Quando analisamos linhas acima os preços de mercado, fizemos questão de chamá-los preços nominais. Assim, \$ 350,00 era o preço nominal da mercadoria A e \$ 10,00 era o preço nominal de B. Essa é uma expressão do próprio Smith.

Por que ele os chama de preços nominais? Porque correspondem a preços em dinheiro, no nosso caso, em reais. Na verdade, Smith trabalha com um dinheiro ainda não tão desenvolvido como os da nossa época; ele trabalha com os metais preciosos como dinheiro, que é o que corresponde à sua época. O problema é que o dinheiro, ao longo do tempo e nos diferentes lugares, muda de valor e, portanto, não pode ser considerado um bom padrão de medida.

Smith não tem dúvida nenhuma em utilizar o trabalho como padrão adequado de medida do preço porque, segundo ele, tem valor invariável e permite comparar o preço das coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares. A razão explicitamente apresentada na Riqueza das Nações não é, na verdade, a razão de fundo. Foi justamente isso que permitiu o surgimento de muitas críticas à sua posição. Discutiremos esse assunto depois. No momento fiquemos com as alegações explícitas do

autor. O trabalho teria valor invariável, pois:

“Pode-se dizer que quantidades iguais de trabalho têm valor igual para o trabalhador, sempre e em toda parte. Estando o trabalhador em seu estado normal de saúde, vigor e disposição, e no grau normal de sua habilidade e destreza, ele deverá aplicar sempre o mesmo contingente de seu desembaraço, de sua liberdade e de sua felicidade. O preço que ele paga deve ser sempre o mesmo, qualquer que seja a quantidade de bens que receba em troca de seu trabalho” (SMITH, 1776, p. 65).

Muito bem. Utilizemos portanto, o trabalho como medida invariável de preço. Quais seriam os preços de nossas mercadorias A e B, medidos em trabalho?

Sabemos que os preços nominais de A e de B são, respectivamente \$ 350,00 e \$ 10,00. Sabemos também que a taxa de salários é de \$ 0,50:

$$1 A = \$ 350,00$$

$$1 B = \$ 10,00$$

$$s = \$ 0,50$$

Para sabermos o preço em trabalho da mercadoria A, basta calcularmos quantas horas de trabalho podem ser compradas com \$ 350,00. Para isso, basta dividir 350 por 0,50 e o resultado é 700 horas. Assim, o preço natural da mercadoria A, medido em trabalho (chamado de preço real) é:

$$1 A = 700 \text{ hs. de trabalho}$$

Isso significa que, se eu for proprietário de uma unidade da mercadoria A, posso, no mercado (se os preços de mercado, naquele instante, corresponderem aos preços naturais), comprar 700 hs do trabalho de um pedreiro que me ajude a construir uma casa, por exemplo. Como posso fazê-lo? Vendo minha mercadoria por \$ 350,00 e com esse dinheiro posso pagar ascorrespondentes horas de trabalho do pedreiro, uma vez que o salário por hora (taxa de salário) é de \$ 0,50.

O preço natural em trabalho da mercadoria B será igual à quantidade de trabalho que pode ser comprada com \$ 10,00. Como a taxa de salário é \$ 0,50, o preço natural real da mercadoria B, será:

$$1 B = 20 \text{ hs. de trabalho (ou 20 horas de trabalho comandado ou exigido)}$$

Esses, na verdade, são preços naturais reais, pois, se ocorrerem no mercado, permitirão pagar remunerações correspondentes às taxas naturais.

O certo é que quaisquer preços podem ser

convertidos para o padrão trabalho comandado. Assim, se o preço da minha mercadoria A, no mercado, num determinado instante for \$ 300,00 e não os \$ 350,00 indicados, eu posso comprar 600 horas de trabalho do pedreiro, se o salário continuar a \$ 0,50. Assim, $1 A = 600$ horas de trabalho é o preço real da mercadoria A, mas é o preço real de mercado naquele instante. O preço natural real continuará sendo $1 A = 700$ hs de trabalho, pois é ele que garante remunerações à taxas naturais.

Isso é o que se chama de trabalho comandado ou exigido: a mercadoria A pode comprar, comandar ou exigir pela sua troca, 700 h de trabalho. O trabalho comandado pela (ou da) mercadoria A é essa quantidade.

O CONCEITO DE RIQUEZA

Para que se possa entender a relação que existe entre valor e preço para Smith e, também, para se compreender a verdadeira razão pela qual ele utiliza o trabalho como medida invariável do valor, é indispensável partir de sua concepção sobre a natureza da riqueza. Por certo, na nossa opinião, esse é um tema muito mais relevante para Smith que o da determinação dos preços.

Durante os primeiros três capítulos da Riqueza das Nações, Smith concebe a riqueza das sociedades (ou dos indivíduos) como um conjunto maior ou menor de bens materiais úteis (ou seja, capazes de satisfazerem necessidades humanas) e produto do trabalho humano. Assim, riqueza é concebida como um conjunto heterogêneo de bens e seu crescimento se explica pela divisão do trabalho:

“É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios ... que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até às camadas mais baixas do povo. Cada trabalhador tem para vender uma grande quantidade do seu próprio trabalho, além daquela de que ele mesmo necessita; e pelo fato de todos os outros trabalhadores estarem exatamente na mesma situação, pode ele trocar grande parte de seus próprios bens por uma grande quantidade ... de bens desses outros. Fornece-lhes em abundância aquilo de que carecem, e estes, por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que ele necessita; assim é que em todas as camadas da sociedade se difunde uma abundância geral de bens” (SMITH, 1776, pp. 45 e 46).

A amplitude da divisão do trabalho é permitida

ou mesmo determinada pela extensão do mercado e quanto maior aquela, maior a capacidade do trabalho de produzir riqueza (bens materiais) no mesmo tempo e com o mesmo esforço.

No entanto, no capítulo quinto do mesmo livro, observa-se uma mudança de cento e oitenta graus na concepção do autor. A riqueza de um indivíduo em particular e, por extensão, da sociedade é ali entendida por Smith como a capacidade de comandar, controlar trabalho humano alheio. Já não é mais um conjunto heterogêneo de bens materiais, mas a capacidade de um indivíduo ou de uma sociedade comandarem maior ou menor quantidade de trabalhadores ou de horas de trabalho.

A riqueza é agora concebida como uma relação social de domínio sobre homens. Serei rico ou pobre, dependendo da minha capacidade de dispor ou comandar maior ou menor volume de trabalho alheio.

Com esta simples mudança de idéia sobre a natureza da riqueza - que pode inicialmente parecer pouco relevante - a economia política como ciência dá um grande salto de qualidade. É a partir daqui que Marx poderá construir seu enorme e insuperável edifício teórico para explicar a gênese, o desenvolvimento, o funcionamento e a tendência à superação do capitalismo.

É também a partir daí que Smith supera a grande dificuldade que posteriormente atormentará a vida científica inteira de David Ricardo: o problema da homogeneização, a dificuldade para avaliar o excedente e a busca de uma medida invariável do valor.

Mas, como é possível que Smith apresente duas diferentes concepções sobre a natureza da riqueza: uma nos primeiros capítulos e outra no capítulo quinto do mesmo livro? Não há uma incoerência nisso?

A correta resposta a essa pergunta é negativa. Na verdade, o ponto de partida para que Smith construísse sua segunda concepção foram justamente as idéias expressas nos três primeiros capítulos. Há portanto uma estreita relação entre as duas concepções sobre a natureza da riqueza econômica:

“Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que

o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade do serviço (do trabalho seria melhor, RC) que está em condições de encomendar ou comprar” (SMITH, 1776, p. 63). (Os negritos são nossos).

Assim, a idéia de que riqueza é uma relação social de domínio tem como ponto de partida o fato de que ela está constituída materialmente por bens úteis produto do trabalho; esse é o seu conteúdo material. A expansão das relações mercantis e a transformação da sociedade em um organismo subordinado ao mercado, faz com que a posse dos bens seja intermediada pelo domínio sobre os seus produtores: a forma social da riqueza, portanto, é o domínio sobre o trabalho alheio.

O interessante de tudo é que, mesmo não tendo uma concepção dialética das coisas - e, portanto, não tendo capacidade de compreender a unidade contraditória entre conteúdo material e forma histórica, Smith aferra-se à idéia de que a riqueza na época capitalista é duas diferentes coisas. Para Marx, isso não é nenhum problema: ao contrário da visão unidimensional do mundo e das coisas (produto de uma limitação do pensamento racional próprio da cultura ocidental) para ele tudo é bidimensional e é justamente essa bidimensionalidade das coisas que lhe permite entender que tudo está em constante desenvolvimento.

Embora não dispondo da visão dialética das coisas, a genialidade de Smith lhe conduz à concepção sobre a bidimensionalidade da riqueza. No entanto, embora para Marx a riqueza seja **ao mesmo tempo, simultaneamente**, as duas coisas, Smith terá que encontrar uma forma de conviver com o fato das duas dimensões, incompreensível para a lógica formal. Assim, para ele, a riqueza representada por uma mercadoria qualquer será ora uma coisa ou outra dependendo da intenção do seu possuidor. Se seu desejo for o consumo da mesma, a riqueza por ela representada estará constituída por sua materialidade útil; se o propósito for a troca por outra mercadoria, a riqueza representada por ela será sua capacidade de comprar trabalho alheio¹².

Riqueza, valor e medida

Como vimos, para Smith, a riqueza é uma relação social de domínio sobre trabalho alheio. O trabalho

portanto constitui o fundamento ou substância da riqueza e, por essa razão, a quantidade de trabalho é a magnitude ou grandeza da riqueza econômica; o trabalho é a sua medida.

Observemos uma mercadoria qualquer que tenha sido produzida com anterioridade, por exemplo A. Ela representa uma riqueza. Por quê? Seu proprietário, ao possuí-la, detém a capacidade de, em troca dela, obter certa quantidade de trabalho alheio, de impor a outrem o desprazer de realizar certo trabalho em determinada magnitude. De que maneira? Seja entregando-a diretamente em troca de trabalho, seja vendendo-a primeiro em troca de dinheiro e, depois, pagando salário para algum trabalhador.

Dessa forma, a posse da mercadoria A significa ao seu proprietário uma determinada riqueza. Por isso, a mercadoria A tem valor para ele e para qualquer outro indivíduo da sociedade. Por isso, é possível que outros aceitem a mercadoria A em troca das suas, pois ela representa, tanto quanto as outras, em determinada magnitude, capacidade de comprar trabalho alheio. Ela, tanto quanto as outras, tem valor.

Como se mede a magnitude ou a grandeza do valor da mercadoria A? Obviamente pela quantidade de trabalho que com ela se pode comprar. Não se trata da quantidade de trabalho que foi necessário para produzi-la, mas da quantidade que posso comprar depois de vendê-la por dinheiro.

No nosso exemplo anterior a mercadoria A tinha sido produzida com 500 horas de trabalho e um capital adiantado de \$ 200,00. Como se determina a quantidade de trabalho comandável por essa mercadoria? Isso já discutimos acima: ela se determina pela soma de remunerações. Foi o que chamamos de **preço natural**. Assim **valor** é o mesmo que **preço natural real** (pois este corresponde às taxas naturais e se mede em trabalho)¹³. Portanto, o valor de uma mercadoria é igual à quantidade de riqueza que ela representa.

Dessa maneira e em conclusão, a teoria do valor de Smith tem dois lados: é uma teoria da medida do valor pelo trabalho e uma teoria da determinação do valor pela soma das remunerações à taxas naturais¹⁴. Se insistirmos em classificá-la como teoria do valor-trabalho, estaremos destacando só um dos seus lados.

O valor invariável do trabalho

Como já é compreensível, é importante destacar que a escolha do trabalho comandado como medida do valor não resultou de uma busca realizada por Smith, entre todas as mercadorias, para encontrar aquela que apresentasse valor invariável ou, pelo menos, cuja variabilidade fosse a menor possível. Esse procedimento, na verdade, foi o seguido por Ricardo ao longo de vários anos e todos nós sabemos que o resultado foi um rotundo fracasso. Ele teve de se contentar em utilizar como medida do valor, na última edição em vida do seu "Princípios", o ouro, mesmo sabendo que seu valor varia com a quantidade de trabalho contido e, também, com as alterações na distribuição.

Em Smith, a problemática é outra. O valor de uma mercadoria é a magnitude da riqueza representada por ela. E esta, a riqueza capitalista, tem como substância material, como vimos, o trabalho. Logo, não há alternativa. O trabalho é a medida do valor e da riqueza e, como quantidade desta, uma hora de trabalho significa sempre a mesma coisa, sempre o mesmo volume ou grandeza de riqueza. O trabalho tem, portanto, valor invariável¹⁵.

Dizíamos anteriormente que a justificativa explicitamente apresentada por Smith não constituía a razão de fundo para considerar-se o trabalho medida adequada e, portanto, invariável. Como vimos, ele se situava na posição do trabalhador e observava que quantidades iguais de trabalho tem sempre o mesmo valor para este, uma vez que lhe custa sempre o mesmo esforço, o mesmo desprazer, a mesma desutilidade (na terminologia mais atual)¹⁶. De fato, tal argumento não pode ser entendido senão como uma razão adicional ou, melhor ainda, complementar.

Enfrentado ao fato inegável de que a taxa de salário não é algo invariável, Smith não tem a menor dúvida ao sustentar que não é o valor do trabalho que varia, mas o valor das mercadorias que o compram. Se o salário se eleva, é porque o valor dessas mercadorias diminui: "Pode-se dizer que quantidades iguais de trabalho têm valor igual para o trabalhador ... qualquer seja a quantidade de bens que receba em troca de seu trabalho. Quanto a esse bens, a quantidade que terá condições de comprar será ora maior, ora menor; mas é o valor desses bens que varia, e não o valor do trabalho que os compra" (SMITH, 1776, p. 65).

Apesar de que para Ricardo a posição de Smith nesse aspecto é um engano, a afirmação anterior é rigorosamente verdadeira e se deriva lógica e diretamente do que já conseguimos entender da teoria smithiana do valor. É o que veremos a seguir.

Voltemos ao nosso exemplo anterior. Nele a taxa de salário era \$ 0,50 e o valor da mercadoria B era de \$ 10,00. Vamos supor também que B seja a mercadoria denominada bem de consumo dos trabalhadores, isto é, que B seja a única mercadoria consumida por eles. Na verdade B seria assim uma mercadoria composta, uma cesta de consumo ou cesta básica.

Por 48 horas trabalhadas numa semana, com aquela taxa de salário, o trabalhador receberia um total de \$ 24,00. Assim, o seu salário real (em bens de consumo) por semana seria igual a 2,4 unidades da mercadoria B. Façamos um quadro resumo:

taxa de salário → 1 hora de trabalho = \$ 0,50
 Preço natural nominal de B → 1 B = \$ 10,00
 Valor da mercadoria B → 1 B = 20:00 hs
 Salário nominal da semana → 48 hs de trabalho = \$ 24,00
 Salário real da semana → 48 hs de trabalho = 2,4 B

Vamos agora supor que, por qualquer razão, a taxa de salário "sofresse" uma elevação de 100% e, também que, em virtude disso e seguindo o exposto por Smith, o preço natural nominal de B subisse para \$ 13,50. Resumindo:

taxa de salário → 1 hora de trabalho = \$ 1,00
 Preço natural nominal de B → 1 B = \$ 13,50
 Valor da mercadoria B → 1 B = 13,50 hs de trab.
 ou melhor 13:30 hs de trab.
 Salário nominal da semana → 48 hs de trabalho = \$ 48,00
 Salário real da semana → 48 hs de trabalho = 3,56 B

Dessa maneira, com a elevação da taxa de salário, o poder de compra de trabalho da mercadoria B se reduziria. Se antes da elevação uma unidade de B comprava 20 horas de trabalho, agora só compraria 13 horas e meia. Como o valor de qualquer mercadoria se mede pela quantidade de trabalho que ela pode comprar no mercado, seu valor diminuiria. Assim, coerente com sua teoria do valor, Smith só podia afirmar que, com uma elevação salarial, não é o valor do trabalho que se eleva mas é o valor das mercadorias que compram o trabalho que diminui.

Trabalho contido versus trabalho comandado

Uma das coisas mais importantes para se entender dentro da teoria de Smith é a relação entre o trabalho contido em uma mercadoria e o trabalho comandado, em condições de preços naturais. É o que procuraremos fazer em seguida.

Já sabemos que o preço natural de uma mercadoria qualquer determina-se pela soma das remunerações, todas consideradas a partir das suas taxas naturais: S, L e R. Assim:

$$\begin{array}{ccc} & S & L & R \\ \text{Preço natural de 1 A} & = \$ 250 & + \$ 60 & + \$ 40 = \$ 350,00 \end{array}$$

Uma pergunta relevante neste momento é a seguinte: qual é o valor (em trabalho, portanto) dos salários pagos, dos lucros e da renda, dessa mercadoria? Essa questão é mencionada pelo próprio Smith:

“Importa observar que o valor real dos diversos componentes do preço é medido pela quantidade de trabalho que cada um deles pode comprar ou comandar. o trabalho mede o valor não somente daquela parte do preço que se desdobra em trabalho efetivo, mas também daquela representada pela renda da terra, e daquela que se desdobra no lucro devido ao empresário “ (SMITH, 1776, p. 79).

É óbvio que o valor (ou, o que é a mesma coisa, a capacidade de comprar trabalho no mercado) de volumes de dinheiro como \$ 250,00, \$ 60,00, \$ 40,00, ou qualquer outro, depende da taxa de salário. Dessa maneira, no nosso exemplo, com taxa de salário igual a \$ 0,50, as sessenta unidades monetárias (\$ 60,00) compram 120 horas de trabalho (ou 60 dividido por 0,5). Assim, no nosso caso:

- o lucro de \$ 60,00 tem um valor de 120 horas de trabalho,
- a renda de \$ 40,00 tem um valor de 80 horas de trabalho,
- o salário total, pago pela produção de uma unidade da mercadoria A, de \$ 250,00 tem um valor 500 horas de trabalho.

Fixemo-nos, com muita atenção, nesse último resultado. O valor do salário total de \$ 250,00 é de 500 horas de trabalho. Mas, porque o salário total pago era de \$ 250,00?. Justamente porque tinha que pagar as 500 horas de trabalho gastas para produzir a mercadoria.

E se a quantidade de trabalho necessária para produzir a mercadoria A fosse maior, digamos 1500 horas. O trabalho contido na mercadoria seria de 1500 horas e o salário total teria que ser uma quantidade suficiente para comprar justamente as 1500 horas ou todo o trabalho contido. O resultado, importantíssimo, é o seguinte: **o valor total do salário pago na produção de uma mercadoria é sempre igual ao trabalho contido nela.** E isso ocorre para qualquer taxa de salário natural¹⁷.

Assim, podemos escrever o preço natural real, ou valor de uma mercadoria, como soma dos valores (em trabalho comandado) das remunerações pagas em sua produção:

$$V_A = V_S + V_L + V_R$$

Onde: V_A = valor de A ou trabalho comandado pela mercadoria A.

V_S = valor dos salários pagos na produção da mesma mercadoria.

V_L = valor dos lucro

V_R = valor da renda.

Se: T_C = Trabalho contido

Ex = Valor do excedente

e como: $V_S = T_C$

$Ex = V_L + V_R$

Temos que: $V_A = T_C + Ex$

Isso significa, em primeiro lugar, que o valor da mercadoria é sempre igual ou maior que o trabalho contido. Depende do tamanho do excedente.

Em segundo lugar, devemos concluir que o trabalho produz valor não na medida da sua duração. Vejamos isso com um pouco mais de cuidado.

Para Smith, não há dúvida nenhuma, é o trabalho quem produz valor; é ele que agrega valor aos materiais: “O patrão partilha do produto do trabalho dos empregados, ou seja, do valor que o trabalho acrescenta aos materiais trabalhados pelo empregado ...” (SMITH, 1776, p. 92).

E isso ocorre não porque o trabalho seja considerado o fator escasso, como poderiam pensar os neoclássicos, mas pelo fato de que ele é a substância material da riqueza. O fato de que a magnitude do valor se determine por soma de remunerações, para Smith, não quer dizer que ele conceba a produção como resultado do serviço de

fatores produtivos.

No entanto, é importante ressaltar, para que não haja confusões, que o trabalho produz valor não na medida da sua duração, mas na proporção em que agrega aos materiais capacidade do seu proprietário de apropriar trabalho alheio no mercado, depois de concluída a produção da mercadoria¹⁸.

Assim, no nosso exemplo, as 500 horas de trabalho necessárias para produzir a mercadoria A produzem um valor igual a 700 horas de trabalho, que é a capacidade de apropriação de trabalho por parte da mercadoria A, no mercado, uma vez que a taxa de salário é de \$ 0,50. Na verdade, como fica evidente, quanto menor o salário, maior a capacidade do trabalho, por hora, de produzir valor.

Dedução versus exploração:

a mágica de Smith

Se o trabalho é o que produz valor, como explica ou justifica Smith a existência do lucro em particular, ou do excedente em geral? Haveria nesse autor uma teoria da exploração nos mesmos moldes da teoria marxista? Em outras palavras, a idéia de Smith é a de que o lucro e a renda são o resultado do fato de que uma parte do trabalho realizado pelo trabalhador não lhe é paga?

Marx, por exemplo, acredita que a visão de Smith é justamente essa. Ele atribui a esse autor uma teoria sobre o lucro ou sobre o excedente muito próxima da sua, no que se refere à exploração:

“... (Para Smith, RC) o valor, isto é, a quantidade de trabalho que os trabalhadores adicionam ao material divide-se em duas partes. Uma paga-lhes o salário ou lhes é paga pelos salários. ... A outra parte constitui o lucro do capitalista, quer dizer, é quantidade de trabalho que ele vende sem a ter pago” (MARX, 1974, Vol I, p. 58).

E também: “... (Smith, RC) atribui o lucro do capitalista ao fato mesmo de este não ter pago parte do trabalho adicionado à mercadoria ... Desse modo reconheceu Smith a verdadeira origem da mais valia” (MARX, 1974, Vol I, p. 58).

Schumpeter, por seu lado, embora não tenha a mesma opinião de Marx, pelo menos concede que em Smith a teoria da exploração esteja sugerida:

“Não se pode afirmar, no entanto, que (Smith, RC) tenha sustentado uma teoria do lucro fundada na exploração, embora seja certo que esta esteja sugerida em sua obra” (SCHUMPETER, 1954, p. 185

- trad. nossa).

Na verdade, rigorosamente, nenhum dos dois tem realmente razão. A teoria de Smith para explicar o lucro e a renda - ou em uma palavra o excedente - é a da **dedução**, que nada tem a ver com a teoria da exploração como ficará claro a seguir. Talvez a posição de Schumpeter se sustente em passagens de Smith do seguinte tipo:

“Naquele estado original de coisas que precede tanto a apropriação da terra quando o acúmulo de capital, o produto integral do trabalho pertence ao trabalhador. ...

“Se tal estado de coisas tivesse continuado, os salários do trabalho teriam aumentado conjuntamente com todos os aprimoramentos introduzidos nas forças produtivas do trabalho. Todas as coisas teriam sido trocadas por uma quantidade menor de trabalho” (SMITH, 1776, p. 91).

De certa maneira até poderíamos admitir que as palavras de Smith sugerem a idéia de exploração. Mas ele, rapidamente, indica que a situação apresentada na passagem anterior é inevitável:

“Mas esse estado original de coisas, no qual o trabalhador desfrutava do produto integral de seu trabalho, já não pôde perdurar quando se começou a introduzir a apropriação da terra e a acumular o capital. Já estava no fim, muito antes que se fizessem os aprimoramentos mais consideráveis nas forças produtivas do trabalho, e portanto não teria nenhum propósito prognosticar quais teriam sido seus defeitos sobre a recompensa ou os salários do trabalho” (SMITH, 1776, p. 92).

Mostraremos, então, que a teoria da dedução de Smith nada tem a ver com a teoria da exploração. Demonstraremos que a genialidade de Smith lhe permitiu sustentar que, mesmo sendo o trabalho a fonte da riqueza e, portanto, do valor, o excedente apropriado por não trabalhadores não é fruto de trabalho expropriado sem pagamento. Em outras palavras, Smith consegue a façanha ou a mágica de sustentar que, apesar do excedente ser produto do trabalho, todo o trabalho é pago. Vejamos o que diz Smith sobre o assunto:

“Sua renda (do proprietário da terra, RC) é a primeira dedução do produto do trabalho empregado na terra. ... Esse lucro representa uma segunda dedução do produto do trabalho empregado na terra” (SMITH, 1776, p. 92).

Observemos o valor de uma mercadoria qualquer e para isso utilizemos nosso exemplo anterior da mercadoria A. O valor de A é igual a 700 horas de trabalho.

Lembremos que, nesse nosso exemplo, a taxa de salário é de \$ 0,50. Observemos atentamente os salários totais pagos aos trabalhadores pela produção de uma unidade de A. O pagamento foi de \$ 250,00 e a quantidade de trabalho entregue pelos trabalhadores foi de 500 horas. Perguntemos: qual é o valor dos salários pagos? Resposta: o valor desse volume de salários é exatamente de 500 horas. Portanto, todo trabalho realizado pelos trabalhadores foi pago.

Suponhamos agora que a taxa de salário baixe para a metade, \$ 0,25 por hora. Os salário totais pagos na produção de uma unidade de A seriam agora de \$ 125,00, mas seu valor continuará sendo de 500 horas, pois essa é a quantidade de horas que agora eles comprem. Assim, qualquer que seja o nível salarial (alto ou baixo), eleve-se ou reduza-se a taxa de salário, sempre seu valor será exatamente igual à quantidade de trabalho que esse salário compra. Nessas condições nunca, em nenhuma circunstância, haverá trabalho não pago.

Talvez, para sermos coerentes com as idéias de Smith - embora em nenhum momento ele seja explícito nesse aspecto - tivéssemos que reservar a idéia de que o trabalho sempre é totalmente pago desde que a taxa de salário corresponda à que ele denomina taxa natural. No entanto, qualquer que seja nossa decisão nesse aspecto, Smith realiza a façanha de construir uma teoria onde existe lucro, o trabalho é a fonte do valor, mas não há exploração. Como ele consegue essa façanha, essa mágica?

Na verdade, para Smith, qualquer montante de salário paga todo o trabalho porque, por definição, o valor de qualquer coisa é sempre igual à quantidade de trabalho que se pode comprar com ela. Assim, qualquer que seja o montante de dinheiro (salário nominal) ou de bens de consumo que se entregue em troca de qualquer quantidade de trabalho (supondo uma não violação da taxa natural) seu valor será, **por definição**, igual a essa quantidade de trabalho comprado.

A varinha mágica de Smith que lhe permite tal façanha está constituída por sua particular forma de conceber a riqueza e portanto o valor. Para ele a

riqueza é uma relação social de domínio sobre trabalho alheio e, por isso, o valor de uma mercadoria qualquer não é a quantidade de trabalho contida, mas a quantidade de trabalho que ela pode comprar no mercado, dada a taxa de salário.

Assim, a taxa de salário maior ou menor faz com que a riqueza que eu possuo diminua ou aumente imediatamente de valor. A redução de salário faz imediatamente que o valor dos bens de minha propriedade aumente, por definição. Quando eu vou ao mercado comprar trabalho alheio, se os salários diminuíram, meus bens tem maior valor que antes e, portanto, pagar com menos dinheiro ou mercadorias não implica pagar menos. Simplificando, pagar menos não significa pagar menos: eis aí a mágica.

Se tenho dois indivíduos proprietários, sendo o primeiro proprietário da mercadoria A e o segundo, exclusivamente, possuidor da sua capacidade de trabalhar; se, além disso, **defino como valor da mercadoria A a quantidade de trabalho que ela consegue comprar**, o segundo indivíduo, por definição (minha, é óbvio) jamais poderá ser considerado explorado, qualquer quantidade de trabalho ele seja obrigado a entregar em troca de A. O valor que o proprietário de A entrega será sempre igual à quantidade de trabalho que receba; todo trabalho é completamente pago.¹⁹

Para Smith o valor de uma mercadoria, ou a riqueza que ela representa para seu proprietário, não se define pela produção; não é a quantidade de trabalho necessário para produzi-la. Define-se por sua capacidade de apropriação de trabalho no mercado. Na verdade a riqueza que tenho ao ser, neste instante, proprietário de uma mercadoria, define-se pela quantidade de trabalho que me apropriarei num instante posterior. A produção da riqueza fica definida pela capacidade de apropriação. A **produção** define-se pela **apropriação**. Eis a mágica.

É justamente a teoria de Marx quem chega para destruir essa mágica, ou melhor, para revelar o truque. Marx define o valor, ou a riqueza representada pela mercadoria, pela quantidade de trabalho socialmente necessária para produzi-la. O tamanho da riqueza produzida define-se pela produção. Se com uma riqueza qualquer produzida, na forma de mercadoria (ou metamorfoseada como dinheiro), eu consigo comprar mais trabalho alheio

do que ela contém, houve exploração. A magnitude produzida de riqueza se define na produção e, por sua parte, a apropriação pode ser maior e, também, pode ser menor. Produção e apropriação não se identificam, não se confundem; aquela não se define por esta.

Marx não pode concordar com a idéia de Smith. Se sou proprietário hoje de uma mercadoria que tem dentro de si 500 horas de trabalho, essa é a medida da minha riqueza hoje. Se amanhã, com ela comprarei 700 horas de trabalho, amanhã serei proprietário dessa magnitude, mas hoje continuo sendo de 500 horas. A apropriação adicional se dá por existir trabalho não pago. A forma de Marx conceber a riqueza, embora muito próxima de Smith, revela o truque presente na teoria deste autor. A partir de Marx, já não foi mais possível sustentar uma teoria do valor na qual, sendo o trabalho a fonte ou a substância da riqueza e existindo excedente não apropriável pelos próprios trabalhadores (individual ou coletivamente), inexistia exploração. Com Marx, a natureza social do excedente fica estabelecida em definitivo dentro de um ponto de vista do valor-trabalho. O pensamento econômico acadêmico, para evitar a idéia da exploração tem de, a partir daí, abandonar a teoria do valor-trabalho e idealizar nova concepção sobre a riqueza: está aberto o caminho e a necessidade de uma teoria subjetiva do valor.

A TEORIA DO VALOR DE SMITH E A DISTRIBUIÇÃO

Retornemos, neste momento, a algo já referido neste trabalho, no item sobre o círculo vicioso. Ali fazíamos referência a uma passagem do livro de Blaug, na qual ele afirmava, em outras palavras, que uma teoria da determinação do valor pela soma das remunerações (salários, lucros e rendas) não teria nenhum significado se não estivesse precedida por uma teoria da determinação dessas remunerações²⁰.

De fato, não tem o menor sentido querer explicar a determinação dos preços ou dos valores por categorias como o salário, o lucro e a renda, se não tivermos sólida explicação para a determinação destes. Uma teoria do valor pelos custos de produção, não tem significado sem uma sólida teoria da distribuição. E o pior de tudo é que a grande maioria dos intérpretes de Smith, senão a quase totalidade, sustenta que ele não desenvolveu minimamente a problemática da distribuição. Dessa maneira, se a

teoria smithiana do valor não fosse confusa, incoerente, insatisfatória (o que procuramos negar ao longo destas páginas) seria no mínimo insuficiente ou incompleta.

É inegável que os capítulos em que Smith procura desenvolver sua concepção sobre a determinação da taxa de lucro e sobre a renda²¹ são insatisfatórios, especialmente o que se refere a esta última. O capítulo sobre o lucro, em lugar de desenvolver uma teoria sobre a determinação do nível da taxa de lucro, contenta-se em apresentar considerações sobre as condições de sua elevação ou redução o que, obviamente, é insatisfatório.

No que se refere à determinação dos salários no livro de Smith, não estamos de acordo com a opinião corrente. Parece-nos haver uma suficiente teoria da determinação dos salários, que se sustenta na idéia de reprodução da classe trabalhadora na magnitude necessária para o ritmo de expansão do capital. Trata-se de uma teoria do salário de subsistência, que se baseia nas condições biológicas e sociais da reprodução humana (no que se refere à classe dos trabalhadores) especialmente as condições de mortalidade e no ritmo de acumulação do capital. Não só nos parece ser tal teoria suficiente como adequada²², apesar de que não queremos nos estender aqui sobre o assunto.

De todas maneiras, se a questão não é o salário nominal ou real (na "acepção popular"), mas o salário como magnitude de riqueza (ou, o que é a mesma coisa para Smith, medido em trabalho comandado) aí não há nenhuma dúvida, como sustentávamos em trabalho anterior²³ e também nas linhas anteriores. O valor dos salários pagos na produção de qualquer mercadoria fica total e completamente determinado na teoria smithiana. Mais do que isso, ele não depende de nenhum preço, nem mesmo da taxa de salário em dinheiro; é sempre igual ao trabalho contido, que se determina tecnicamente. E é justamente disso, do valor do salário (medido em trabalho comandado) que a completa determinação do valor das mercadorias necessita.

O fato de que os salários fiquem totalmente determinados em valor e não dependam de nenhum preço ou valor, elimina (pelo menos no que se refere a uma das três remunerações, o salário) a alegada existência, dentro da teoria smithiana, do terror do círculo vicioso²⁴. Aceita portanto a depen-

dência recíproca entre as remunerações, devemos no mínimo sugerir aqui outro resultado de nossa pesquisa sobre Smith: a inexistência de círculo vicioso também no que se refere ao lucro, tomado aqui como todo o excedente. O valor das mercadorias e os lucros dependem basicamente, na verdade, e como consequência da teoria smithiana, da apropriação dos trabalhadores na forma de cesta de consumo (por tanto do que Smith chama de salário real na "acepção popular") e da produtividade do trabalho no setor que produz esses bens. Resultado, por certo, compatível com os que se derivam da teoria ricardiana e marxista. A maior prova de inexistência de círculo vicioso é que em nossa pesquisa a ser divulgada, podemos calcular os preços naturais reais, em uma economia dividida em dois setores produtivos, partindo:

- do total de horas trabalhadas,
- da relação capital produto em cada um dos setores
- do que chamamos taxa de dedução (que depende da taxa real de salários e da produtividade no setor que produz bens de consumo dos trabalhadores).

O mais interessante desses preços naturais reais (calculados com base na teoria de Smith) é que eles determinam preços relativos iguais aos que se determinariam pela teoria de Ricardo e que eles seriam exatamente iguais aos preços de produção de Marx, não fosse a unidade diferente de medida: trabalho comandado para os preços naturais reais e trabalho contido para os preços de produção.

Podemos concluir dizendo algo que deveria parecer, pelo menos inicialmente, paradoxal: a teoria da determinação do valor de Smith está longe de ser uma teoria que possa facilmente ser classificada dentro do gênero das teorias dos custos de produção ou da soma das remunerações. Frente a uma elevação dos salários pagos, estas afirmariam que o valor ou o preço de todas as mercadorias deveria se elevar. Pelo contrário, de Smith se deriva que o valor de todas elas se reduz frente a uma elevação dos salários, pois elas conseguem comprar agora muito menos trabalho que antes da mudança salarial.

Bibliografia

BENETTI, Carlo (1975). *Valor y Distribución*. Madrid, Saltés, 1978
 BLAUG, Mark (1964). *História do Pensamento Econômico*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989 (Título original: *Economic Theory in Retrospect*).
 CARCANHOLO, Reinaldo A. (1991). O valor, a riqueza e a teoria

de Smith. In: *Análise Econômica*, ano 9, nº 15. Porto Alegre. UFRGS, 1991. pp. 183 a 205.

CARTELIER, Jean (1976). *Excedente y Reproducción. La Formación de la Economía Política Clásica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1981

COUTINHO, Maurício C. (1993). *Lições de Economia Política Clássica*. São Paulo, Hucitec, 1993.

DMITRIEV, Vladimir K. (1904). *Ensayos Económicos sobre el Valor, la Competencia y la Utilidad*. México, Siglo XXI, 1977.

DOBB, Maurice (1973). *Teorías del Valor y de la Distribución desde Adam Smith*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1976.

HOLLANDER, Samuel (1979). *La Economía de David Ricardo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.

MARX, Karl (1974). *Teorias da Mais Valia. História Crítica do Pensamento Econômico*. Vol. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl (1974). *Teorias da Mais Valia. História Crítica do Pensamento Econômico*. Vol. II. São Paulo, Difel, 1983.

MARX, Karl (1974). *Teorias da Mais Valia. História Crítica do Pensamento Econômico*. Vol. III. São Paulo, Difel, 1985.

NAPOLEONI, Cláudio (1973). *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

NAPOLEONI, Cláudio (1977). *O Valor na Ciência Econômica*. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1980.

RICARDO, David (1821). *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, Joseph A (1954). *Historia del Análisis Económico*. México, Fondo de Cultura Económica, 1971.

SMITH, Adam (1776). *A Riqueza das Nações*. Coleção Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983

² RICARDO (1821).

³ "Durante meio século ou mais, aproximadamente até a publicação dos Princípios de J. S. Mill (1848), Adam Smith serviu de fonte onde o economista médio buscava seus conceitos fundamentais. Na Inglaterra, os Princípios de Ricardo (1817) constituíram um sério rival. Mas fora desse país, a maior parte dos economistas não estiveram à altura de Ricardo, e o pensamento de Smith continuou sendo dominante" (SCHUMPETER, 1954, v. 1, p. 189 - trad. nossa).

⁴ NAPOLEONI (1973).

⁵ O outro não é muito melhor: NAPOLEONI (1977).

⁶ CARTELIER (1976) e DOBB (1976), por exemplo, embora não sejam propriamente textos didáticos e do primeiro não haja tradução para o Português até agora.

⁷ Por exemplo, percebe a diferença entre medida e determinação do valor. A bibliografia de inspiração ricardiana de melhor nível também o faz (Cf. CARTELIER, 1976 e DOBB, 1973).

⁸ Blaug, por exemplo, usa tanto a linguagem tipicamente neoclássica, que prejudica sensivelmente a compreensão de Smith. Para autores dessa tradição parece existir uma única linguagem: a deles.

⁹ Usaremos a expressão "remunerações pagas" na produção, mesmo quando pequemos por falta de propriedade no que se refere ao lucro. Este é, na verdade, apropriado e não pago. "... embora no linguajar comum, o que se chama custo primário de uma mercadoria não inclua o lucro da pessoa que a revenderá, se

ele vender a um preço que não lhe permite a taxa comum do lucro nas proximidades, ele está tendo perda no negócio, já que poderia ter auferido esse lucro empregando seu capital de alguma forma diferente. ... Portanto, se esses bens não lhe proporcionarem esse lucro, não lhe pagarão o que realmente lhe custaram." SMITH, 1776, p. 83

¹⁰ "Poder-se-ia talvez pensar que é necessária uma quarta parte, para substituir o capital ... ou para compensar o desgaste ... de equipamentos. Todavia, deve-se considerar que o próprio preço de qualquer equipamento ... se compõe também ele dos mesmos três itens enumerados ... Eis por que ... o preço total continua a desdobrar-se, diretamente ou em última análise, nos três componentes: renda da terra, salários e lucros" (SMITH, 1776, p. 79).

¹¹ É importante considerar que o pressuposto básico para Smith é a existência de uniformidade da taxa de lucro, isto é, em todos os setores da economia prevalece a mesma taxa de lucro. Essa pressuposição básica é extremamente importante para entender a teoria do valor e também encontra-se em outros autores como Ricardo, Marx, etc.

¹² Cf. SMITH, 1776, p. 63.

¹³ Poderia se pensar que valor é qualquer preço real. Na verdade Smith acertadamente preferiu reservar o conceito de valor para designar os **preços teóricos** que explicam os preços de mercado. Estes, como vimos, flutuam em torno daqueles.

¹⁴ Cf. CARTELIER, 1976, p. 183.

¹⁵ Em trabalho anterior dizíamos que na verdade o trabalho, por não ser, em Smith, uma mercadoria qualquer, não tem valor mas "valorização" que está relacionada com a desutilidade (na linguagem neoclássica) ou desprazer do trabalho (Cf. CARCANHOLO, 1991, pp. 195 e 196).

¹⁶ Cf. SMITH, 1776, p. 65.

¹⁷ Estamos considerando que o valor é o preço real (medido em trabalho), mas não qualquer preço. Tem de ser o preço natural.

¹⁸ É isso que confunde Napoleoni e o leva a fazer afirmações incorretas sobre Smith (Cf. NAPOLEONI, 1977, 27 e 28).

¹⁹ Resta saber se o segundo indivíduo continuará indefinidamente concordando com a definição.

²⁰ Cf. BLAUG, 1964, p. 78.

²¹ Cf. capítulos VIII e IX da Riqueza das Nações.

²² Seguramente ganharia maior pertinência se fosse completada com as idéias marxistas de superpopulação relativa e exército industrial de reserva.

²³ Cf. CARCANHOLO, 1991, pp. 200 e 201.

²⁴ Cf. CARCANHOLO, 1991, p. 201.

²⁵ Não discutiremos aqui a problemática da renda com mais detalhes, pois consideramos que se trata de questão teórica menor, pelo menos se comparada com a do lucro.

²⁶ Cf. CARCANHOLO, 1991, pp. 201 e ss.